

O Estado avaliador e o neoliberalismo: tensões e tendências na avaliação da educação superior

ALINE ALMEIDA^I

YARA FONSECA DE OLIVEIRA SILVA^{II}

<http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v13i41.3585>

Resumo

Este estudo objetiva empreender uma reflexão crítica dos avanços do neoliberalismo no Brasil com as mudanças nas políticas avaliativas da educação superior. Questiona-se quais são as relações entre as políticas educacionais e as questões do mercado capitalista e o *status* do país como Estado Avaliador. Realizou-se um levantamento bibliográfico com base em autores como Afonso, Dias Sobrinho e Paulani. Os resultados sinalizam os riscos de como a avaliação da educação superior tem sido alinhada às orientações neoliberais, sendo usada para regular, classificar e ranquear as instituições. Conclui-se que o sistema de avaliação recai na lógica comandada pelos governos neoliberais em que a avaliação é usada com a função de prestação de contas ao estado, contribuindo cada vez mais com a mercantilização da educação superior.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Educação Superior. Avaliação.

Submetido em: 06/07/2021

Aprovado em: 15/12/2021

^I Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis (GO), Brasil; <http://orcid.org/0000-0002-7303-2746>; e-mail: alm_aline@yahoo.com.br

^{II} Universidade Estadual de Goiás (UEG), Anápolis (GO), Brasil; <http://orcid.org/0000-0001-5725-478X>; e-mail: yarafonsecas09@gmail.com

The evaluating state and neoliberalism: tensions and trends in the evaluation of higher education

Abstract

This study aims to undertake a critical reflection on the advances of neoliberalism in Brazil with the changes in evaluative policies of higher education. It questions the relationships between educational policies and issues of the capitalist market, and the status of the country as an Evaluating State. A bibliographical survey was conducted based on authors such as Afonso (2013), Dias Sobrinho (2008; 2010; 2011) and Paulani (2006). The results indicate the risks of how the evaluation of higher education has been aligned to neoliberal guidelines, being used to regulate, classify and rank institutions. It is concluded that the evaluation system falls into the logic commanded by neoliberal governments in which the evaluation is used with the function of accountability to the state, increasingly contributing to the commodification of higher education.

Keywords: Neoliberalism. Higher education. Evaluation.

El estado evaluador y el neoliberalismo: tensiones y tendencias en la evaluación de la educación superior

Resumen

Este estudio tiene como objetivo emprender una reflexión crítica de los avances del neoliberalismo en Brasil con los cambios en las políticas de evaluación de la educación superior. La pregunta es, ¿cuáles son las relaciones entre las políticas educativas y las cuestiones del mercado capitalista, y la condición del país como Estado Evaluador? Se realizó un levantamiento bibliográfico a partir de autores entre otros como Afonso (2013), Dias Sobrinho (2008; 2010; 2011) y Paulani (2006). Los resultados indican los riesgos de cómo la evaluación de la educación superior se ha alineado con los lineamientos neoliberales, siendo utilizada para regular, clasificar y jerarquizar a las instituciones. Se concluye que el sistema de evaluación cae en la lógica comandada por los gobiernos neoliberales en los que se utiliza la evaluación con la función de rendir cuentas al Estado, contribuyendo cada vez más a la mercantilización de la educación superior.

Palabras clave: Neoliberalismo. Educación Superior. Evaluación.

Introdução

As políticas educacionais são influenciadas pelas questões econômicas, sociais e culturais da sociedade e do Estado. Ao final do século XX, tem-se no Brasil um processo de redemocratização e uma nova perspectiva advinda com a globalização que chegou ao país com o intuito de alavancar a economia, diminuir o papel do Estado e suprimir as garantias de políticas sociais.

Essa perspectiva, nomeada de neoliberalismo, ganhou força e passou a nortear o Estado brasileiro (PAULANI, 2006). A educação é uma política social garantida pelo Estado em todos os níveis, da educação infantil à educação superior, mas, desde o avanço do neoliberalismo, quando emergiu a relação com as políticas educacionais, estabeleceu-se uma nova maneira de gerir as instituições públicas, fixando o olhar em metas e resultados.

A dimensão administrativa do Estado também ganhou uma nova visão de gestão, uma vez que se utilizou de um discurso com ênfase na eficiência e na produtividade, oriundo da iniciativa privada. Segundo Mendes (2009, p. 79), "[...] esse Estado, comprometido com a lógica da acumulação do capital, implementa[tou] um conjunto de ações de interesse privado". Tais mudanças afetaram, de maneira substancial, as políticas educacionais e, conseqüentemente, as políticas de avaliação no país.

As características desse novo modelo de gestão, em consonância com as características do mercado, vigoraram a partir de instrumentos e ferramentas de avaliação cujos objetivos foram e são ranquear, regular e controlar as instituições de educação superior (IES). Frente a esse contexto neoliberal, o presente estudo tem por objetivo empreender uma reflexão crítica da condição da avaliação da educação superior. Para tanto, questiona-se quais são as relações estabelecidas entre as políticas educacionais e as questões próprias do mercado capitalista, e de que maneira as políticas voltadas para a avaliação do referido nível educacional tomaram a roupagem neoliberal e levaram o Brasil ao *status* de Estado Avaliador.

Com a premissa de contribuir com o debate acerca das políticas de avaliação e seus entraves, este ensaio teórico realizou um levantamento bibliográfico, que teve como base os estudiosos desse tema como: Afonso (2013), Dias Sobrinho (2010; 2008), Paulani (2006), entre outros, em que se buscou

compreender a relação dos avanços do neoliberalismo no país com as mudanças nas políticas avaliativas da educação superior.

Dessa maneira, objetivou-se relacionar o avanço do neoliberalismo com a concretização de um Estado avaliador no país e o seu reflexo na avaliação da educação superior.

Para tanto, o trabalho está estruturado da seguinte forma: primeiramente retoma-se a discussão do avanço do neoliberalismo, em seguida, aborda-se as políticas de avaliação da educação superior no Brasil. E, finalmente, argumenta-se sobre o lugar e a função da avaliação do referido nível educacional na perspectiva neoliberal, que impõe novo tipo de gestão estatal.

Neoliberalismo: a política e a economia como novos modelos de gestão

As questões políticas e econômicas estão atreladas entre si, especialmente quando pensamos nos momentos históricos em que o poder e o dinheiro sempre estiveram ligados. Por isso, conhecer as políticas econômicas faz parte do processo de compreensão das políticas educacionais, razão por que se faz necessária uma breve retomada do avanço do neoliberalismo no Brasil na década de 1990.

Assim que o país passou pela redemocratização, preceitos como recuperar a economia e alavancar as relações econômicas internacionais se fizeram presentes nos discursos políticos. Em 1989, com a eleição de Fernando Collor de Mello, um novo modelo econômico e político começou a ser posto em prática no Brasil, com características aliadas ao mercado.

A fundamentação política racional do estado neoliberal é feita de uma mistura de teorias e grupos de interesse que estão aliados à economia de oferta, ao monetarismo, a setores culturais neoconservadores, grupos opostos às políticas de redistribuição do estado do bem-estar, e a setores preocupados a todo custo com o déficit fiscal (TORRES, 2001, p. 65).

No Brasil, o avanço do neoliberalismo se iniciou após a redemocratização, seguindo os mercados e as potências financeiras mundiais. Em vez de nos fortalecer economicamente, como proposto por seus convictos, apenas deu ainda mais força aos países detentores do capital econômico, tornando as nações periféricas catapultas de sua valorização. Dentre as características que configuram esse avanço neoliberal no país estão: o estado de crise constante, a privatização de

estatais, as mudanças em leis de regulamentação do mercado e a utilização do dinheiro público em interesses privados, de modo a transformar a gestão pública em gestão privada (PAULANI, 2006).

Essas mudanças iniciadas no Governo Collor ganharam força no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1996 e 2002, que avançou nas políticas, leis e legislações para fortalecer o neoliberalismo no país. Paulani (2006) aponta que, mesmo com a mudança de governo em 2002, com um declarado governo de esquerda, com Luís Inácio Lula da Silva entrando no poder, quase nada mudou. Nesse último caso, se algumas políticas foram mais reforçadas, como as mudanças na previdência, outras tomaram proporções de política social, mas com interesses mercadológicos, como o programa Fome Zero que, através da redistribuição de renda, apenas garantiu questões materiais para as famílias atendidas – “ao contrário do que se imagina, tais políticas sancionam[sancionaram] as fraturas sociais em vez de promoverem a tão falada inclusão” (PAULANI, 2006, p. 99).

Dessa maneira, o avanço do neoliberalismo no Brasil deu um novo sentido de caráter ao Estado. Para Santos (2013, p. 61), a “visão tecnocrática do Estado e de suas funções é outra característica essencial do neoliberalismo. Trata-se de um programa político profundamente antidemocrático”. Em outras palavras, o Estado se serviu de um novo modelo de gestão validado pelas mudanças que orientaram uma cultura de gestão das instituições, inclusive daquelas de educação superior, que perpassaram a relação entre o avanço neoliberal no país e o tema da avaliação.

Políticas de avaliação da educação superior no contexto neoliberal

As políticas de avaliação da educação superior no Brasil têm sido amplamente debatidas na academia, nas últimas três décadas. Após as eleições diretas e o avanço de governos neoliberais, as políticas educacionais também sofreram as mudanças do novo cenário.

Outras questões apontadas por Afonso (2013) são a globalização e a ideia de modernização, por meio das quais países centrais, capitalistas que obtiveram certo êxito, tornam-se modelos a serem seguidos por países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Neste tocante, o Brasil, para avançar em suas conquistas na educação superior, passou a adotar um novo modelo de avaliação para esta.

Segundo Lacerda, Ferri e Duarte (2016, p. 976), "No Brasil, atribui-se ao PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras -, em 1993, o primeiro programa efetivo com vistas à avaliação da Educação Superior em nível nacional".

O programa previa a avaliação da educação superior por meio da avaliação interna, da externa e da reavaliação (BRASIL, 1993). Entretanto, mesmo com o objetivo de considerar as diferentes atividades de uma universidade a ser avaliada, o Provão, fruto do programa, acabou sendo uma ferramenta que ranqueava tais instituições, tratando apenas de classificá-las em ótimas, boas ou ruins (LOPES, 2002).

Em 1996, foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), que traria novos rumos para as políticas educacionais do país. Elaborada com base em novos conceitos políticos e numa realidade social pós-democratização, em seu artigo 9º prevê, como responsabilidade do Estado, um processo nacional de avaliação para todas as etapas da educação.

No âmbito da avaliação, as mudanças ocorreram com discussões sobre a importância da criação de um sistema de avaliação mais completo e que acompanhasse os cambiamenti ideológicos do Estado, como eficiência na gestão, nos resultados e na produtividade.

O novo desenho da função do Estado, sobretudo a partir da década de 90, provocou novas estratégias institucionais, levando os países de terceiro mundo a adotarem medidas de caráter neoliberal, dentre as quais a redução e o controle dos gastos públicos, demanda pela melhor qualidade dos serviços públicos, adoção de modelos de avaliação de desempenho, novas formas de controle do orçamento público e descentralização administrativa (TENÓRIO; ANDRADE, 2009, p. 33).

Segundo Tenório e Andrade (2009), o Estado passou a definir uma nova maneira de encarar a gestão de suas instituições, fazendo prevalecer os interesses mercadológicos e suas características, como a eficiência com menores gastos e os maiores resultados. Essa lógica adotada pelos governos neoliberais perpassaria os modelos avaliativos da educação superior.

E se, em 2002, o governo de um político de origem proletária e de um partido com ideais de esquerda ganhou as eleições presidenciais, pouca coisa mudou no

que concerne ao neoliberalismo, que continuou avançando. Seu crescimento e sua ideologia continuaram marcados nas políticas, na economia, na cultura e na sociedade (PAULANI, 2006) e algumas características que permaneceram nesse âmbito e se ampliaram na administração pública relacionando desde a privatização da educação, principalmente a superior, até novas formas de gestão das instituições públicas.

Isso tem proporcionado não apenas tentativas de promover maiores índices de produtividade no setor público, através da flexibilização administrativa, como tem alavancado políticas de descentralização e de autonomização, o que tem contribuído para a ascensão do tema da avaliação no setor público, em geral (VERHINE, 2000, p. 7).

Nesse contexto, a questão da avaliação passou a ser debatida pelo papel que exerce para o Estado. Dias Sobrinho (2010) afirma que uma das ferramentas de controle do Estado que sofre alterações de acordo com as mudanças políticas, sociais, econômicas é a avaliação. Afinal, ela se torna um instrumento de controle e regulação.

Outro ponto abordado por Dias Sobrinho (2011) é a garantia de qualidade das IES, que é mensurada através da avaliação, pois, em uma conotação simplista, usa-se o conceito de qualidade associado às concepções hegemônicas de eficiência e eficácia, com base nos interesses empresariais, podendo ser denominada Gerência de Qualidade Total (GQT). Neste estudo, a qualidade é vista em uma perspectiva política que se propõe a alcançar um nível de ensino que possa aperfeiçoar os processos formativos e valorizar as questões relacionadas à justiça social.

Assim, as razões pelas quais a avaliação ganha espaço entre os debates das políticas educacionais nacionais é justamente a de ser utilizada como instrumento no avanço das características neoliberais do Estado, isto é, uma das ferramentas responsáveis por encaminhar as reformas neoliberais de gestão e administração das universidades brasileiras (QUEIROZ, 2011).

Nesse contexto de disputas e embates pós-aprovação de novas diretrizes para a educação no país, se instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), em 2004 (BRASIL, 2004), que atualmente é o sistema de avaliação das IES brasileiras, cujo objetivo é o compromisso de estabelecer uma

avaliação global dessas instituições, o que tem sido alvo de críticas de alguns estudiosos em educação superior e avaliação.

O Sinaes surge, então, como uma alternativa democrática aos programas anteriores de avaliação da educação superior. Em seu documento, preza-se de ser um sistema avaliativo qualitativo e democrático, com a participação de toda a comunidade acadêmica. Porém, passa por uma estagnação, segundo Lehfeld (2019), devido às questões econômicas do país. A autora elucida que aspectos “sociopolíticos e econômicos que envolvem a educação podem ser determinantes na concepção ideológica e estratégica governamental na definição de políticas públicas que poderão ou não incentivar o avanço e o acesso dos educandos” (LEHFELD, 2019, p. 37).

Dias Sobrinho (2010) aponta que, desde 1996, é proposto pelo Estado um novo modelo de avaliação, de caráter economicista, que:

[...] privilegia os seguintes indicadores: taxas brutas e líquidas de matrícula, disponibilidade de vagas para novos alunos, taxa de evasão e de aprovação, tempo médio de conclusão do curso, níveis de qualificação docente, razão aluno/professor, tamanho médio das classes, custo por aluno, percentual dos custos da educação superior no total gasto com educação pública, percentual do PIB (produto interno bruto) gastos com Educação Superior (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 204).

A ênfase recai sobre os indicadores quantitativos já estabelecidos, por isso a avaliação ter a perspectiva regulatória. Esse modelo, alinhado aos interesses de mercado, acabou por promover uma avaliação quantitativa, baseada em dados quantificáveis, mensuráveis, em números baseados no alcance de metas, dentre elas, a diminuição dos gastos com a educação superior no Brasil e, ainda, de indicadores objetivos que possam medir a performance do sistema educativo.

Uma outra discussão é a centralidade do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), que é a modalidade avaliativa somativa do Sinaes no processo. O Sinaes prevê três tipos de avaliação: a avaliação por pares, que é a avaliação externa; a autoavaliação, feita por uma comissão dentro da instituição; e, por fim, a avaliação somativa, que é o Enade.

A centralidade do ENADE na interação entre as três modalidades de avaliação se explicita com a publicação de índices cuja construção depende em boa parte do desempenho alcançado pelos alunos no

exame, apresentando claramente a “[...] lógica do *input/output* e o critério da eficiência como padrão predominante da avaliação [...]” (SANTOS FILHO, 2000, p. 44) tornando-se os critérios base para o processo de regulação (LACERDA; FERRI; DUARTE, 2016, p. 977).

A princípio, o ideal do sistema de avaliação era estabelecer o equilíbrio dos critérios de avaliação das IES. Entretanto, a lógica estabelecida do ranqueamento, que advém da cultura administrativa da gestão por produtividade e eficiência, típica do neoliberalismo, se tornou a modalidade com maior peso no sistema avaliativo.

A avaliação da educação superior no Brasil é recente, assim como a história de suas universidades. Em razão disso, as discussões são incessantes e, por vezes, comparativas a outras realidades. Segundo Tenório e Andrade (2009, p. 36), “a avaliação tem se constituído em um elemento central nas políticas de educação no Brasil”. Entretanto, as discussões que a tangem perpassam as questões políticas e econômicas da nossa atualidade – tempos de globalização. Elas estão presentes nos âmbitos educacionais, inclusive por refletirem as transformações e as mudanças das políticas educacionais.

O Estado avaliador, a gestão e a política de avaliação

Diante das mudanças ocorridas nos âmbitos econômico, político e educacional, o questionamento do lugar da avaliação da educação superior nas políticas educacionais e sua função, assim como seus objetivos, cabe em ser ponto focal de reflexão.

A repercussão dessas transformações na esfera pública impulsionou mudanças na avaliação da educação superior no país, o que, diante das características mencionadas a seguir, denomina o Brasil, de acordo com Almeida (2015, p. 184), como um Estado avaliador: “O Estado avaliador é a denominação que assume a relação do Estado e das políticas educativas no marco do neoliberalismo”. Assim, cabe compreender de que maneira essa concretização se deu, isto é, a partir de quais espectros neoliberais a avaliação passou a ser instrumento desse novo tipo de gestão estatal.

Almeida (2015) esclarece como os interesses do mercado e a nova lógica neoliberal de gestão do Estado se configuram nos instrumentos de controle das instituições públicas.

A eficiência mercadológica e seus mecanismos foram incorporados no cotidiano escolar na América Latina por meio das formas de gestão e controle do trabalho utilizando uma nova racionalidade: a descentralização, a autonomia, a participação e avaliação de resultados (ALMEIDA, 2015, p. 189).

Todos esses conceitos passaram a fazer parte da maneira como o Estado gera suas instituições, e a avaliação é a ferramenta que mede a eficiência e os resultados de determinada instituição. Segundo Dias Sobrinho (2011), estas mudanças ocorreram em diversos países na década de 1990 que, com o objetivo de garantir também a qualidade das IES, criaram organismos para gerirem os sistemas de avaliação. Dias Sobrinho (2011, p. 18) ainda aponta que “a qualidade está no centro da agenda atual e dos debates mais agudos da educação superior”, por entender que a qualidade da IES se dá por atingir as melhores notas ou conceitos e por cumprir os padrões estabelecidos por agências e/ou organismos externos.

Para tanto, o Estado precisou fazer reformas e mudanças no modo de avaliar: desde o extinto Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) até o atual sistema de avaliação, Sinaes, todos estão permeados pelos conceitos da gestão produtivista trazida pela cultura neoliberal.

Silva Júnior (2002) aponta também que foi a partir do Governo FHC (1996-2002) que o Estado passou pelas reformas necessárias a um novo enquadramento com o viés mercadológico advindo do neoliberalismo. As mudanças foram emergentes para que correspondessem aos interesses do capital, o que “[...] põe[pôs] em movimento em grande parte do planeta reformas do Estado em direção a uma restrição e desregulamentação da esfera pública e proporcional alargamento da esfera privada” (SILVA JÚNIOR, 2002, p. 254).

As reformas foram necessárias para diminuir o Estado e sua atuação com vistas a ampliar a participação de setores privados na esfera pública, além de possibilitar as privatizações. Essas medidas, permeadas pelo interesse do capital, de nada interessavam à sociedade. Afinal, as garantias sociais se esvaíam a cada reforma aprovada.

Na educação, não foi diferente, o Governo FHC foi o que mais promoveu reformas na área, tornando-se o governo que consolidou o neoliberalismo no país.

A segunda metade dos anos noventa apresentou-se pródiga em iniciativas oficiais na esfera educacional, que em uma primeira leitura nos leva a concluir que o Governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio da educação, objetiva[objetivou] uma ampla reforma em tal âmbito de atividade humana digna de nota na história da educação brasileira (SILVA JÚNIOR, 2002, p. 243).

Portanto, foi no referido Governo que a avaliação da educação superior tomou a forma e os conceitos do novo modelo de gestão. Estas reformas no Estado e nas maneiras de gestão são elencadas por Afonso (2013) como consequências do avanço capitalista após a queda do muro de Berlim. Em seu trabalho, Afonso (2013, p. 271) diz que:

Todavia, o que se apresenta como relativamente consensual é o fato de a avaliação constituir, a partir desse momento, um dos eixos estruturantes das reformas da administração pública e de formas de governo reinventadas [...] razão pela qual a expressão Estado-avaliador [...] passou a ser usada e convocada tendo em mente muitos outros domínios das políticas públicas e educativas.

Ainda que o PAIUB seja oriundo do governo anterior ao de FHC, foram medidas sucessivas e bem-sucedidas que tornaram a avaliação o instrumento que é hoje.

Essa perspectiva de avaliação é própria do Estado avaliador que define a política educativa para os sistemas de ensino a fim de controlar o currículo escolar e seus resultados. Os resultados da avaliação são utilizados para mapear onde o mercado educacional deve agir e como agir. No Brasil, o modelo de Estado avaliador está associado à assunção do neoliberalismo a partir dos anos de 1990. Nesse decênio, a reconfiguração do Estado foi realizada mediante ações dos sucessivos governos — Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e os governos petistas, Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) respectivamente (PAULA; COSTA; LIMA, 2018, p. 333).

Essa perspectiva de avaliação, advinda desse modelo de governos neoliberais que passaram pelo país nos últimos anos, desde a década de 1990, tornou o Brasil um Estado avaliador. O que faz uma nação desse modo é justamente a função de sua avaliação que, nas palavras dos autores supracitados:

O Estado ganha uma nova roupagem, condicionando em sua própria processualidade os mecanismos de *accountability* próprios do mercado internacional. Nessa perspectiva, a lógica da avaliação

ganha destaque e apropria-se do *modus operandi* do aparelho estatal (PAULA; COSTA; LIMA, 2018, p. 331).

Mudanças na maneira de governar foram ocasionadas por esses mecanismos do estado neoliberal e, com essa nova ideia de gestão, as suas características típicas passaram a fazer parte das avaliações das instituições públicas, como as universidades.

Para Afonso (2013), o Estado avaliador contribui para a reflexão de que não há a permanência da influência apenas do Estado para esta denominação. Resumidamente, o autor acredita existir três fases do Estado avaliador no Brasil. A primeira seria na década de 1980-1990, com uma permanência maior dos interesses do Estado. Após estas décadas, Afonso (2013) afirma ter ocorrido uma reconfiguração no Estado avaliador, agora com mais características alinhadas aos interesses internacionais. E, por fim, o autor aponta para a possibilidade da fase pós-Estado avaliador, em que as organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) influenciam com maior poder nas ferramentas e nos modelos de avaliação no país. Entretanto, apesar da divisão que o autor apresenta, ele afirma que as fases podem coexistir, assim como os interesses por trás das avaliações. E assim alerta:

[...] não podemos, portanto, contornar (ou sequer abstrair) os interesses do capitalismo, cujos pilares estruturantes assentam na desigualdade, quando se trata de perceber o que está de fato subjacente às lógicas de uniformização e standardização cultural e científica, que acabam por acontecer, ou são fortemente induzidas, em decorrência da centralidade das avaliações internacionais comparadas [...] (AFONSO, 2013, p. 277).

Estes organismos internacionais fornecem apoio aos Estados, e com isso a possibilidade de interferir nos processos avaliativos, com a assertiva de assegurar qualidade nas IES praticam ações que garantem eficiência e eficácia, funções econômicas próprias do mercado.

No quesito da avaliação da educação superior, as características que se sobressaem no atual sistema de avaliação, o Sinaes, são uma avaliação que regula, ranqueia e classifica. Segundo Dias Sobrinho (2008), o Enade, que representa a avaliação somativa no referido sistema, passa a ter mais relevância no

sistema de avaliação para os órgãos educacionais que regulam a educação superior.

O ENADE e o estudante passam a ser as principais fontes de informação para a formulação dos índices de qualidade. Os “proprietários” e destinatários principais são os órgãos do governo. Os principais conceitos são eficiência, competitividade, performatividade. Os objetivos mais importantes são controlar, hierarquizar, comparar, ranquear. Tudo isso com pretensa neutralidade e objetividade, como se a avaliação fosse isenta de valores e interesses, como se os números, as notas, os índices fossem a própria avaliação e pudessem dar conta da complexidade do fenômeno educativo (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 821).

Ademais, o sistema de avaliação brasileiro passou a ter foco na avaliação somativa, mantendo em segundo plano as avaliações formativas, também previstas por ele.

Em sua pesquisa, Barreyro (2018) conclui que o avanço de medidas que visam se apropriar de modelos de avaliação, que fortalecem a ideia de ranquear, tira cada vez mais o papel do Estado neste processo e fortalece empresas e instituições internacionais, o que contribui ainda mais com modelos privatistas e mercantilistas na educação superior, já temidos por Afonso (2013). O que fortalece ainda mais o modelo previsto pelo neoliberalismo e suas preocupações com a lógica mercantilista.

Considerações finais

O avanço das políticas neoliberais no Brasil no final do século XX ocasionou mudanças nos campos político, econômico e em toda forma de gestão e cultura das instituições estatais.

O Estado brasileiro, com o intuito de acompanhar a globalização e a nova ordem econômica e político-social, assimilou, em sua governança, um novo modo de gestão e de fazer política, tendo o neoliberalismo como principal característica a lógica mercadológica. Nas instituições estatais, essa nova lógica recaiu na maneira de gerir, alterando as burocracias da administração estatal para uma gestão focada na retórica da produtividade e da eficiência, características comuns da gestão da iniciativa privada.

Na educação superior, o sistema de avaliação foi um dos alvos dessas mudanças difundidas pelos últimos governos do país. Durante algumas décadas, o

Brasil teve um programa de avaliação da educação superior, o PAIUB, de 1993 (BRASIL, 1993), após a LDBEN (BRASIL, 1996), em 2004, outro sistema de avaliação entrou em vigor, o Sinaes (BRASIL, 2004). Ambos previam uma avaliação mais democrática, participativa e qualitativa. No entanto, o que ocorreu foi a valorização das avaliações somativas sobre as formativas, com o Provão, no primeiro caso, e o Enade atualmente.

O exercício proposto por este estudo sugere ampliar as pesquisas sobre a temática da avaliação, no sentido de desvelar as relações que tem se estabelecido entre as políticas educacionais e os interesses do mercado. E ainda, sinalizar os riscos de como a avaliação da educação superior tem sido alinhada às orientações neoliberais, ou seja, sendo usadas para regular, classificar e ranquear as instituições, cobrando delas a eficiência e a produtividade próprias da iniciativa privada e dos interesses de mercado.

Neste contexto, se sobressaem os interesses próprios do sistema capitalista e das políticas neoliberais, em que as iniciativas privadas ganham espaço na atuação governamental, assim como instituições internacionais, como a OCDE.

Portanto, o Brasil, mesmo obtendo um sistema de avaliação que prevê uma avaliação mais dinâmica, completa e democrática para as IES, recai na lógica comandada pelos governos neoliberais em que a avaliação é usada com a função de prestação de contas ao Estado e faz da avaliação somativa a principal modalidade do seu processo. Pois, além de utilizar a mesma modalidade para a regulação, é por meio dela que se torna possível classificar, quantitativamente, as instituições, contribuindo cada vez mais com a mercantilização da educação superior.

Referências

- AFONSO, A. J. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional da modernização revisitada. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, abr./jun. 2013.
- ALMEIDA, M. de L. P. Políticas de educação e avaliação por desempenho e performance na América Latina: uma discussão sobre o perfil do Estado avaliador. In: JEFFREY, D. C. (org.). *Política e avaliação educacional: interfaces com a epistemologia*. Curitiba: CRV, 2015.
- BARREYRO, G. B. A avaliação da educação superior em escala global: da acreditação aos rankings e os resultados de aprendizagem. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, SP; Sorocaba, SP, v. 23, n. 1, p. 5-22, 2018.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, abr. 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria do Ensino Superior. *Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB*. Brasília, DF: MEC, 1993.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, SP; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, 2010.
- DIAS SOBRINHO, J. Qualidade, avaliação: do SINAES a índices. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, SP; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 817-825, 2008.
- DIAS SOBRINHO, J. Qualidade e garantia da qualidade: acreditação da educação superior. In: BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. (org.). *Avaliação da educação: diferentes abordagens críticas*. São Paulo: Xamã, 2011. p. 17-41.
- LACERDA, L. L. V. de; FERRI, C.; DUARTE, B. K. da C. SINAES: avaliação, accountability e desempenho. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, SP; Sorocaba, SP, v. 21, n. 3, p. 975-992, 2016.
- LEHFELD, N. A. de S. (org.). *Autoavaliação institucional: fundamentos e ferramentas*. Curitiba: CRV, 2019.
- LOPES, M. F. A. *Objetivos e perspectivas do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e do Exame Nacional de Cursos (ENC)*. 2002. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/23/1104p.htm#:~:text=Este%20programa%20procura%20considerar%20%22os,1994%3A%205%2D6>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MENDES, V. *Democracia participativa e educação: a sociedade e os rumos da escola pública*. São Paulo: Cortez, 2009.

PAULA, A. S. do N.; COSTA, F. J. F.; LIMA, K. R. R. A condicionalidade do estado avaliador e suas implicações na avaliação e a expansão mercantilizada da educação superior brasileira. *Revista Internacional de Educação Superior*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 330-346, 2018.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. (org.). *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. p. 67-107.

QUEIROZ, K. C. A. de L. Reforma gerencial, "Estado Avaliador" e o sistema nacional de avaliação da educação superior: qual o papel da regulação?. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO, 25.; CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPAE, 2011.

SANTOS, T. dos. A América Latina na encruzilhada. *Revista Brasileira de Administração Política*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 15-62, 2013.

SILVA JÚNIOR, J. dos R. Reformas educacionais, reconversão produtiva e a constituição de um novo sujeito. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. *A cidadania negada*. São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 241-258.

TENÓRIO, R. M.; ANDRADE, M. A. B de. A avaliação da educação superior no Brasil: desafios e perspectivas. In: LORDÊLO, J.; DAZZANI, M. V. (org.). *Avaliação educacional: desatando e reatando nós*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 31-55.

TORRES, C. A. *Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

VERHINE, R. E. *Experiências de avaliação institucional em universidades brasileiras*. Salvador: EDUFBA, 2000.